

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DOS QUATRO PERÍODOS DO CONCÍLIO VATICANO II¹

Ney de SOUZA*

RESUMO

Objetiva-se neste texto descrever historicamente os quatros períodos que constituem a realização do Concílio Vaticano II, considerando as circunstâncias, os agentes, a tradição eclesial e o espírito do evento conciliar construído ao longo do século XX. Para isso, cada período é descrito com fundamentação em fontes históricas, cada documento conciliar é resumido em suas linhas gerais e analisado à luz dos acontecimentos de sua composição, criando-se então, uma perspectiva de que o Concílio Vaticano II é evento historicamente fundamental para a Igreja católica, marcando seu diálogo efetivo com a Modernidade.

Palavras chaves: Concílio Vaticano II, João XXIII, Paulo VI, Igreja e Mundo.

SUMMARY

Objective in this text historically to describe the quatros periods that constitute the accomplishment of Vatican Concilio II, considering the circumstances, the agents, the eclesial tradition and the spirit of the event to conciliate constructed to the long one of century XX. For this, each period is described with recital in historical sources, each document to conciliate is summarized in its general lines and analyzed to the light of the events of its composition, creating itself then, a perspective of that Concilio Vatican II is historically basic event for the Church catholic, marking its efetivo dialogue with Modernity.

Words keys: Conciliate the Vatican II, João XXIII, Pablo VI, Church and World.

Um século após o adiamento do Concílio Vaticano I (1869-1870), o Concílio Vaticano II foi aberto na mesma Basílica São Pedro em Roma, em 1962. A idéia da realização deste Concílio foi do novo

papa que tinha um grande numero de reformas em mente, infringindo a tradição de 2000 anos de supremacia e preponderância recebida pelo papado. Esse era o papa João XXIII.

* Professor de História da Igreja da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção

¹Siglas de textos e de documentos utilizados: AA = *Acta et documenta Concilio Oecumenico Vaticano II apparando*; series prima (Antepreparatoria). Città del Vaticano, 1960-1961. 4 volumina; AAS = *Acta Apostolicae Sedis*; AP = *Acta et documenta Concilio Oecumenico Vaticano II apparando*; series secunda (Praeparatoria). Città del Vaticano, 1962-1988. 4 volumina; AS = *Acta Synodalia Sacrosancti Concilii Vaticano II*. Città del Vaticano, 1970-1991. 5 volumina; ASAP = *Acta Synodalia S. Concilii Oecumenici Vaticani II*. Appendix prima, Città Vaticano 1983; Caprile = CAPRILE, G. *Il Concilio Vaticano II*. Roma, 1965-1969. 5 v.; Coll. Lac. = *Acta et decreta Sacrosancti Concilii Vaticani cum permultis aliis documentis ad concilium eiusque historiam spectantibus*. Freiburg, 1892; Mansi = MANSI, J. D. *Sacrorum conciliorum nova et amplissima collectio*. Arnheim, 1923-1927. (tomos) 49-53; RHE = *Revue du Historie Ecclesiastique*; CivCatt = *La Civiltà Cattolica*; EV = *Enchiridium Vaticanum*; documenti del Concilio Vaticano II (1962-1965); testo ufficiale e versione italiana. Bologna, 1996.

Pio XII morreu em 9 de outubro de 1958 e estava difícil para os cardeais encontrar seu sucessor. O cardeal arcebispo de Veneza, Ângelo Roncalli foi o escolhido no conclave. Os cardeais acreditavam que seria um pontificado de transição e sem novidades. Mais uma vez a história revelaria o contrário, ao menos em parte, pois o pontificado foi curto, porém repleto de novidades. Em cinco anos João XXIII realizou diversas modificações no catolicismo e, convocou o Concílio Vaticano II, não só o maior evento do século XX para a Igreja Católica, mas o maior evento dos últimos quatro séculos.

Nascido em uma família muito pobre era, por natureza, um apóstolo dos desprivilegiados e empobrecidos. Como bispo e depois cardeal, viveu como enviado do Vaticano nas capitais de muitos países do Terceiro Mundo. Presenciou o jogo de poder e a política das portas fechadas da Cúria do Vaticano, que era o centro da administração da Igreja. Sabia que havia algo errado na Igreja, mas não podia fazer nada como bispo de Veneza.

O mundo havia progredido econômica, cultural, política e cientificamente. Percebeu ainda que a Igreja distanciava-se de todo esse progresso. Era a mesma velha Cúria e os mesmos cardeais com as portas fechadas num quase sacrossanto segredo e silêncio que ele viu ao sentar-se na cátedra de Pedro. João XXIII queria um *aggiornamento* um despertar da Igreja.

Percebeu com aflição que a Igreja estava sendo esmigalhada na Europa depois da Segunda Guerra Mundial e do comunismo, que crescia em todos os lugares, até mesmo na Itália. O catolicismo perdeu países católicos como a Polônia e Hungria. Notou o perigo que representavam aqueles que colocaram de lado a idéia de Deus e da religião na marcha do progresso. Havia um terceiro grupo crescendo no continente negro e nas partes da Ásia, que odiava os brancos e a religião que eles traziam.

O papa sabia que a menos que ele mudasse o conceito de papado acessível, grande parte do mundo se distanciaria da Igreja. Por isso, sua idéia de um despertar na Igreja. Suas duas encíclicas, *Mater et magistra* e *Pacem in Terris*, esboçaram a trajetória da ação.

João XXIII quebrou as barreiras que o cercavam. Colocou-se no meio do mundo e não no meio do Vaticano. Diversos líderes mundiais tiveram grande admiração por este no velho senhor no pontificado.

Em 25 de janeiro de 1959, João XXIII anunciou sua intenção de convocar um Concílio Geral. A data para a abertura estava marcada para o dia 11 de outubro de 1962. Ângelo Roncalli não viu o término do Vaticano II, mas seu sucessor, Paulo VI colocou em andamento as demais sessões do Concílio².

O texto a seguir retrata a história das quatro sessões conciliares, as diversas discussões para a aprovação de cada documento, os bastidores e, finalmente a promulgação dos textos. Certamente o processo histórico colabora com uma reflexão da história do presente, pois toda análise dos acontecimentos acaba tornando-se uma história contemporânea.

Os quatro períodos do Concílio Vaticano II

1. Primeiro período do Concílio³ (11.10 a 8.12.1962)

A sessão pública de abertura do Concílio Vaticano II aconteceu no dia 11 de outubro de 1962. Participaram 2.540 padres conciliares com direito de voto na sessão de abertura: um número nunca antes alcançado. Este número sofrerá alterações para mais e para menos, dependendo do período conciliar. João XXIII atravessou a porta de bronze, sendo levado pela cadeira gestatória até o ingresso da Basílica São Pedro. Um novo concílio e uma nova simbologia. O papa não estava usando a tiara, e sim a mitra. O rito que se seguiu não trouxe grandes novidades: o canto do *Veni Creator* e a missa celebrada pelo cardeal decano, Tisserant. Em seguida, a entronização do Evangelho, a recitação do credo, a oração do Concílio *Adsumus*.⁴ O evangelho cantado (Mt 28,18-20 e 16,13-18), em latim, grego antigo, eslavo e árabe.⁵

² Para um estudo dos antecedentes do Concílio, suas comissões preparatórias: SOUZA, Ney. Contexto e desenvolvimento do Concílio Vaticano II, in GONÇALVES, P. S. L. – BOMBONATO, V. I. *Concílio Vaticano II análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

³ Além das fontes originais citadas neste texto, faz-se necessário acrescentar o trabalho do perito brasileiro no Concílio, o franciscano Boaventura Kloppenburg. Seu trabalho, em 5 volumes, apresenta a crônica das congregações gerais, emendas, votações, os documentos, o texto das intervenções (fornecendo um índice das intervenções dos bispos brasileiros). Todo o texto está em língua portuguesa.

⁴ AS, I/1, pp. 156-159. É a oração que o artigo 54 do regulamento prescreve para o início dos trabalhos das congregações gerais. É rezada em voz alta pelo presidente da assembléia. A formulação desta oração remonta a santo Isidoro de Sevilha (560-636).

⁵ *Capile*, v. 2, p. 35.

No discurso de abertura, *Gaudet mater Ecclesia*, o papa reafirmava a sua finalidade: aproximar as pessoas, no modo mais eficaz possível, ao sagrado patrimônio da tradição, levando em consideração as mudanças das estruturas sociais; não condenar os erros, mas mostrar a “validade da doutrina” da Igreja (*doctrinae vim uberius explicando*). Ao Concílio confiou a tarefa de aprender a conhecer a unidade querida por Cristo na verdade (*conferee operam ad magnum compledum mysterium illius unitatis*). João XXIII convida a olhar com confiança as relações entre Igreja e mundo. O Concílio deveria percorrer a estrada do *aggiornamento*⁶ da fé às exigências do mundo. O papa concluiu com uma oração invocando a assistência divina.⁷

Os padres conciliares, reunidos na nave principal da Basílica São Pedro, representavam o concílio mais universal de toda a história da Igreja. Os cinco continentes estavam representados. A Europa, absoluta durante a Idade Média, representava pouco menos da metade dos participantes com direito de voto (1.041); o continente americano, que não foi representado em Trento e muito pouco no Vaticano I, havia enviado 956 bispos; a Ásia mais de 300; e a África 379. A superioridade numérica dos italianos, que em Constança realizou a votação por nação e levou grandes tensões ao Concílio de Trento, havia sido cancelada: os 379 bispos italianos não chegavam a representar a quinta parte dos padres conciliares, ainda que os cardeais da Cúria e outros funcionários exercessem uma forte influência. A presença da imprensa e de todos os meios de comunicação era grandiosa, mas somente a partir da segunda sessão a imprensa foi admitida na *aula* conciliar. As notícias publicadas de maneira sintética constituem uma fonte histórica, mas devem ser utilizadas com cautela.

O Vaticano II não deve ser analisado somente com base em seu resultado final: os textos conciliares. A análise

deve ser do conjunto: preparação, evento conciliar e pós-Concílio. A preparação dos textos, a votação e a publicação dos documentos são o resultado de grandes discussões entre as forças “conservadoras” e “progressistas”. O primeiro grupo, bastante fraco, tinha sua base na Cúria Romana; o segundo grupo era composto pelos bispos da Europa central e ocidental, da América do Norte e dos países de “missão”. De grande importância foram as conferências episcopais nacionais⁸ e regionais, grande parte delas constituídas somente no início do Concílio.

Na primeira congregação-geral (CG), no dia 13 de outubro, foi preciso eleger os membros das comissões conciliares. Além das dez fichas que indicavam dezesseis nomes, os padres conciliares receberam elencos daqueles que fizeram parte das comissões preparatórias, os quais, na sua maioria, eram candidatos da Cúria.⁹ Foram contra este procedimento o cardeal Liénart (Lille) e o cardeal Frings (Colônia).¹⁰ A eleição era importante, e os candidatos se conheciam pouco. Foi feito um pedido de adiá-la, e a proposta foi aprovada unanimemente.¹¹

As conferências episcopais se reuniram e prepararam as listas dos seus candidatos. A mais interessante foi a da Europa central e da França. Elencava candidatos de todas as partes do mundo.¹² O episcopado italiano apresentou uma lista de 62 nomes, todos italianos.¹³ Dos 160 membros eleitos para as comissões, no dia 16 de outubro, 26 eram da América Latina, 25 da América do Norte, 19 da Ásia e da Oceania, 7 da África; a Europa contava com 20 italianos, 16 franceses, 11 alemães, 10 espanhóis, 5 poloneses e 21 das outras nações.¹⁴ O peso italiano aumentou com a nomeação pontifícia¹⁵ de 9 membros para cada comissão. Entre os dias 15 e 18 de outubro, João XXIII nomeou cinco subsecretários para o trabalho nas comissões conciliares, sendo que o ordo

⁶ EV I, n. 55.

⁷ ALBERIGO, G. Formazione, contenuto e fortuna dell'allocuzione. In: ALBERIGO, G. *Fede tradizione profezia*; studi su Giovanni XXIII e sul Vaticano II. Brescia, 1984. pp. 187-222. O texto oficial se encontra em: AAS 54 (1962), pp. 786-796 e AS, I/1, pp. 166-175; MARTINA, G. A proposito de studi recenti su Giovanni XXIII. *Rivista di storia della Chiesa in Italia* 39 (1985), pp. 525-533; MACARRONE, M. Paolo VI e il Concilio: testimonianze. *Rivista di storia della Chiesa in Italia* 43 (1989), p. 117. Uma versão italiana do discurso: EV I, nn. 40-43, o papa convida a olhar com confiança as relações entre Igreja e mundo. Confirma ainda: MELLONI, A. L'allocuzione *Gaudet mater Ecclesia* (11 ottobre 1962). Sinossi critica dell'allocuzione. In: ALBERIGO, G. (ORG.) *Fede tradizione profezia*, cit., pp. 223-283.

⁸ A CNBB, criada em 1952. Confirma: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL, org. *Presença pública da Igreja no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 2003.

⁹ A sensação era de que se queria favorecer a influência da Cúria Romana no Concílio. Sensação que alguns já sentiam antes da abertura do Concílio, como atestou dom Helder Câmara: BROUCKER, J. de. *Dom Helder Câmara; les conversions d'un Éveque*. Paris, 1977. p. 150.

¹⁰ AS, I/1, pp. 207.

¹¹ CAPRILE, G. La seconda giornata del Vaticano II 25 anni dopo. *La Civiltà Cattolica* 3 (5 settembre 1987), pp. 382-390.

¹² AS, I/1, pp. 41-44.

¹³ AS, I/1, pp. 45-47.

¹⁴ AS, I/1, pp. 225-229, 259-261, 343.

¹⁵ AS, I/1, pp. 559-562.

previa a nomeação de somente dois. Essas nomeações também aparecem como um interesse de internacionalização das comissões.¹⁶

Esquema sobre a liturgia

O esquema da liturgia¹⁷ (16 de outubro, início da discussão)¹⁸ que foi aprovado pela comissão preparatória havia acolhido as idéias fundamentais do movimento litúrgico: os fiéis não devem *assistir passivamente* às funções sagradas, mas devem participar ativamente; não só escutar, mas pregar e celebrar juntos; deveria ser introduzido o vernáculo na liturgia da palavra, na missa e na administração dos sacramentos. O texto ainda afirmava que deveria ser realizada uma reforma dos livros litúrgicos e a re-introdução, em determinadas circunstâncias, da comunhão sob as duas espécies. Essas questões trouxeram à luz o contraste entre tradicionalistas e progressistas. A favor do esquema pronunciaram-se os cardeais e os bispos dos países em que se difundiu o movimento litúrgico: os cardeais Frings (arcebispo de Colônia, Alemanha), Dopfner (arcebispo de Munique, Alemanha), Feltin (arcebispo de Paris, França), Lercaro (arcebispo de Bologna, Itália)¹⁹, Montini (arcebispo de Milão, Itália)²⁰, Ritter (bispo de Saint Louis, Estados Unidos). Contra o esquema eram aqueles que se opunha à substituição do latim pelo vernáculo e à atribuição de tais tarefas à conferência episcopal.²¹

O cardeal Ottaviani lembrou a assembléia de que estavam sendo discutidas questões “sagradas” e propôs que o texto fosse reelaborado pela comissão teológica, da qual era presidente.²² Alguns bispos se declararam favoráveis a essa proposta, entre eles cardeal Ruffini, Palermo, os prelados de Cúria Romana Parente, Staffa, Dante e os americanos Spellman (arcebispo de Nova York, Estados Unidos) e McIntyre (bispo de Los Angeles,

Estados Unidos). Outros importantes prelados desaprovaram a proposta: os cardeais Gracias (arcebispo de Bombaim, Índia); Rugambwa²³ (bispo de Bukoba, Tanzânia); o chinês Lokuanga (bispo de Taipe). O bispo de Duschak di Calapan, Mindoro, nas Filipinas chegou a propor uma *missa ecumênica*.

Os bispos da América Latina, da Ásia e da África, mesmo tendo sido formados, grande parte, em Roma, revelaram-se na sua maioria progressistas devido à sua experiência pastoral. Algo difícil de acreditar começava a ser aceito pela maioria: a finalidade pastoral desejada pelo papa João XXIII para o Concílio.

Durante os debates sobre a liturgia foram apresentados muitos pedidos que já vinham sendo discutidos no movimento litúrgico: a adaptação das orações do breviário à espiritualidade do clero de todo o mundo; uma melhor escolha e divisão das leituras da Sagrada Escritura; a abolição das festas dos santos do calendário litúrgico em favor do ano cristocêntrico; a reforma do calendário, da música sacra e da arte cristãs e a colocação da páscoa como ponto fixo. A votação do dia 14 de novembro aprovou com grande maioria dos votos (2.162 favoráveis, 46 contrários, 7 abstenções)²⁴ uma nova elaboração do esquema levando em consideração as propostas apresentadas durante as discussões. A comissão era presidida pelo cardeal Larraóna e doze dos dezesseis componentes pertenciam ao grupo da Europa central. Antes do término da primeira sessão, o Concílio aprovou a primeira parte do novo texto da comissão (180 votos foram *placet iuxta modum*).

Esquema sobre as fontes da revelação

As discussões²⁵ sobre o esquema da revelação,²⁶ preparado pela comissão teológica (presidida pelo cardeal

¹⁶ No dia 15 de outubro o papa nomeou alguns bispos como subsecretários, provenientes de diversas partes do mundo: Morcillo Gonzáles, arcebispo de Saragoza; Villot, coadjutor de Lião; Krol, arcebispo da Filadélfia; Kempf, bispo de Limburg. No dia 18, nomeou o arcebispo de Beirute e Gibail, o melquita Nabaa, confira: *AS*, I/1, p. 213.

¹⁷ O texto do esquema: *AS*, I/1, pp. 262-303. As observações na *aula* conciliar e as escritas: *AS*, I/1, pp. 304-364 e I/2, pp. 7-769.

¹⁸ *AS*, I/1, p. 214.

¹⁹ Lercaro, cardeal de Bologna, foi um dos primeiros a intervir: *AS*, I/1, pp. 311-312. COLOMBO, G. La teologia manualistica. In: RIMOLDI, A.. *La teologia italiana oggi*. Brescia, 1979. pp. 25-56.

²⁰ *AS*, I/1, pp. 313-316.

²¹ Ottaviani afirmava que o texto poderia ter interpretações ambíguas: *AS*, I/1, pp. 325-326 e 349-350.

²² KOSER, C. A teologia ao tempo do Vaticano II. Meditação sobre atitudes, mentalidades, intenções. *REB* 22:3 (1962), pp. 587-606.

²³ *AS*, I/1, pp. 333-334.

²⁴ *AS*, I/3, p. 55.

²⁵ *AS*, I/3, pp. 27-370.

²⁶ *AS*, I/3, pp. 14-26. Um texto, entre diversos, importante sobre o tema: RUIZ, G. *Historia de la constitución 'Dei Verbum' sobre la divina revelación*. Madrid, 1969.

Ottaviani),²⁷ também tiveram debates acalorados. A discussão girava em torno de duas importantes questões: era necessário afirmar, contra os protestantes, que são duas as fontes da Revelação: a Escritura e a Tradição? Era necessário afirmar que alguns dogmas fundamentados somente na Tradição ou afirmar que a única fonte da Revelação é a Palavra de Deus que é alcançada através de dois canais, a Escritura inspirada pelo Espírito Santo e a Tradição transmitida pela Igreja? Esse tipo de afirmação agravaria a situação com os protestantes e ameaçava a reconciliação ecumênica. Além disso, abriu-se uma controvérsia entre os professores da Pontifícia Universidade Lateranense e os membros do Pontifício Instituto Bíblico. Diferentemente daquilo que havia acontecido com o esquema sobre a liturgia que suscitara a oposição dos tradicionalistas, agora eram os progressistas que protestavam. Alguns padres conciliares, entre eles os cardeais Frings,²⁸ Dofner, König e Alfrink, refutaram completamente o esquema e propuseram um outro que já estava pronto. Outros, como os cardeais Suenens²⁹ e Bea e o bispo de Bruges, De Smedt,³⁰ solicitaram uma reelaboração completa e expuseram os pontos fundamentais que deveriam ser considerados no trabalho de revisão. O cardeal Gracias, arcebispo de Bombaim, solicitou uma nova revisão. Nela dever-se-ia se afirmar que se poderia constituir base de anúncio do cristianismo toda a humanidade: cristãos e não-cristãos. O chinês Vito Chang Tso-Huan, seguindo uma observação do arcebispo de Berlim, Bengsch, interrogou sobre a possibilidade de se falar sobre a revelação original, a “proto-revelação”, antes daquela realizada por Abraão ao povo eleito.³¹

Na opinião do bispo de Livorno, Guano, era preciso ressaltar a importância cristológica, sugerindo a reconstrução inicial e fundamental do capítulo sobre o duplo reconhecimento da centralidade do mistério de

Cristo, por um lado, e o papel insubstituível da Escritura e da vida cristã para o concreto testemunho da revelação, por outro.³² O cardeal Urbani apresentou a proposta sobre o estilo do texto: deveria ser mais pastoral e ecumênico. Já o cardeal Ruffini afirmava que era indispensável uma exposição precisa sobre a natureza da revelação.³³

A comissão teológica, que havia preparado o esquema, demonstrou um repúdio às sugestões que foram elencadas anteriormente,³⁴ porém o conselho de presidência decidiu realizar a primeira votação pedindo aos padres conciliares que votassem *placet* ou *non placet* ao item. A votação, que aconteceu no dia 20 de novembro sobre o esquema no seu complexo, a primeira desse estilo (depois de se ter esclarecido que aqueles que eram a favor da interrupção do exame do esquema deveriam votar *sim*), chegou ao seguinte resultado: 1.368 *placet*, 822 *non placet* e 19 votos nulos. Os opositores do esquema não conseguiram chegar à maioria dos dois terços, necessária para uma nova formulação.³⁵ Contudo, havia ficado claro que o esquema, como havia sido redigido, jamais obteria a aprovação.

Essa situação, que não foi prevista pelo regulamento do Concílio, foi resolvida pelo próprio papa, que encarregou uma comissão mista presidida pelos cardeais Ottaviani e Bea para a reelaboração do esquema.³⁶ Com tal presidência ficavam representadas ambas as tendências. Essa providência, num primeiro instante acolhida com bastante ceticismo, demonstrou-se eficaz: depois de longas discussões encontrou-se um meio-termo.

Esquema sobre os meios de comunicação

Nos debates sobre os esquemas relativos à liturgia e à revelação, as partes adversárias tiveram grandes e

²⁷ AS, I/3, pp. 27-32. O cardeal Ottaviani, ao introduzir a apresentação do esquema, comentou que circulavam outros textos na assembléia, os quais eram alternativos ao que seria proposto por ele. De fato, dentro e fora da aula, circulavam outros textos elaborados pelos teólogos Karl Rahner e Joseph Ratzinger.

²⁸ AS, I/2, pp. 34-36.

²⁹ AS, I/3, pp. 45-46.

³⁰ Para o bispo de Bruges, o esquema era por demais abstrato e intelectualizado e, além disso, estava embebido em fórmulas escolásticas manualísticas, inaceitáveis para muitos não-católicos. Confira: AS, I/3, pp. 184-187.

³¹ As intervenções de Gracias se encontram em AS, I/3, pp. 166-167; as de Vito Chang Tso-Huan em AS, I/3, pp. 267-268; as de Bengsch em AS, I/3, pp. 87-88.

³² AS, I/3, pp. 260-262. Sobre o bispo italiano de Livorno, Emiliano Guano, pode-se consultar: A. MONTICONE, *Dizionario storico del Movimento Cattolico in Italia 1860-1980*. Torino, 1982. v. 2, pp. 280-284.

³³ A intervenção de Urbani está em AS, I/3, pp. 79-80; a de Ruffini em AS, I/3, pp. 249-250. A afirmação de Ruffini “*quae vis vere proprieque nomini Revelationis subsit et quale sit momentum eius pro hominibus etiam nostrae aetatis*”.

³⁴ AS, I/3, p. 220.

³⁵ AS, I/3, pp. 254-255.

³⁶ AS, I/3, p. 259.

violentos desencontros. O Concílio passou a ter, no dia 23 de novembro (25 congregação), uma certa tranquilidade quando começou a tratar do esquema sobre os meios de comunicação (jornal, cinema, rádio e televisão)³⁷ elaborado pelo secretariado dos meios de comunicação social. A comissão conciliar, presidida pelo cardeal Cento e seu relator, o arcebispo Stourm (Sens), recomendou a aprovação do texto, porém no debate o texto encontrou oposição: o esquema colocava em evidência de maneira unilateral o direito de a Igreja desfrutar dos modernos instrumentos de comunicação, mas dava pouco direito de as pessoas obterem uma informação objetiva e verdadeira e não condenava de modo duro a utilização abusiva dos meios de comunicação.

Alguns oradores, dentre eles o cardeal Wyszybsky e o bispo Charrière (Frigurgo), apresentaram propostas para um aprofundamento teológico, filosófico e sociológico.³⁸ O bispo de Camerino, D'Avack, observou que o texto estava carregado de um moralismo e uma ingenuidade otimista.³⁹ Outros acenaram para uma maior consideração e colaboração do laicato neste campo. O cardeal Bea propôs a fusão das agências católicas de informação numa única agência mundial. O bispo de Indore, na Índia, Simons, sugeria ao Concílio que não limitasse as reivindicações dos direitos só para os católicos, alargando em favor de qualquer pessoa, em particular sustentando a liberdade de cada um em seguir livremente a própria consciência no âmbito das opções religiosas.⁴⁰ Uma forte intervenção sublinhando a questão das diversidades culturais no setor dos meios de comunicação foi feita por escrito por um bispo do Burundi, Ntuyahaga.⁴¹

No dia 27 de novembro, o Concílio aprovou, em grande maioria (2.138 favoráveis, 15 contrários e 7 nulos) a relevância do esquema, mas sugeriu uma redução e uma limitação a princípios doutrinários de fundo e uma direção pastoral.⁴² Apesar das discussões, ficava claro que o tema não era de grande importância para os padres conciliares, estes ainda não haviam percebido com clareza que se tratava de um problema pastoral de primeiro plano.⁴³

Esquema sobre as Igrejas Orientais

Este esquema foi apresentado no dia 26 de novembro e, imediatamente se pode perceber que o trabalho preparatório havia sido realizado de maneira insuficiente. A comissão — presidida pelo cardeal Amleto Cicognani, depois secretário de Estado, e secretariada pelo padre Welykyi — havia preparado, além do esquema *De ecclesiae unitate*, outros 14 textos breves. A primeira parte do esquema,⁴⁴ que tratava da unidade da Igreja sob a direção de um único pastor, continha pontos, como foi observado pelo patriarca Máximos IV, que se prestavam mais para irritar do que para conquistar os ortodoxos. O cardeal Bea propôs uma fusão entre o projeto apresentado e o elaborado pelo secretariado pela unidade dos cristãos. No dia primeiro de dezembro o Concílio decidiu enviar os textos para a comissão com o objetivo de fundi-los (2.068 votos favoráveis e 36 contrários).

A natureza e a estrutura da Igreja eram os temas centrais do esquema *De ecclesia*. Até aquele momento nenhum outro tema havia merecido tantas discussões. O esquema de 123 páginas ligava a visão da Igreja como instituição, idéia dominante a partir de Roberto Belarmino, com a concepção apresentada na encíclica sobre a Igreja de Pio XII. Os seus 12 capítulos, como observou no decorrer do debate o cardeal Montini, eram justapostos e não desenvolvidos de maneira coerente e orgânica. A doutrina da colegialidade episcopal era tratada superficialmente. Um dos tradicionalistas, o bispo de Segni, D. Carli, defendeu o esquema e aproveitou a ocasião para criticar os “ecumênicos” e os “pastoralistas” que por medo de escandalizar circulavam ao redor dos dogmas e dos elementos fundamentais da piedade católica como um tabu. Outros criticaram o texto porque era carregado de juridicismo e triunfalismo (De Smedt, Bruges) ou lamentavam a falta de um aprofundamento sobre a relação de Cristo com a Igreja (cardeal Montini) e da doutrina da Igreja como Povo de Deus. Estes solicitavam que fossem completamente refeitos o esquema e uma nova ordenação

³⁷ AS, I/3, pp. 374-416 (esquema) e I/3, pp. 417-650 (intervenções).

³⁸ Afirmação feita pelo cardeal Léger, AS, I/3, pp. 460-461.

³⁹ AS, I/3, pp. 438-440.

⁴⁰ A intervenção de Bea está em AS, I/3, pp. 465-466; a intervenção de Simons, em AS, I/3, pp. 523-524.

⁴¹ AS, I/3, pp. 592-593.

⁴² AS, I/3, p. 527.

⁴³ Os padres conciliares estavam com pressa em passar para a discussão seguinte: *De Ecclesia*, afirmava o secretário Pericle Felici na sua notificação: AS, I/3, p. 501.

⁴⁴ AS, I/3, pp. 653-837. Nestes números estão a apresentação e a discussão do esquema.

da matéria antepondo a Igreja na sua natureza e na sua estrutura interna à igreja na sua missão no mundo (cardeal Suenens). Assim, o esquema voltou para a comissão conciliar e deveria ainda percorrer um longo e tortuoso caminho até a redação definitiva.

No dia 8 de dezembro o papa suspendeu temporariamente o Concílio. Nenhum dos cinco esquemas discutidos estavam prontos para a publicação. João XXIII confortou os padres conciliares afirmando que era compreensível que para se chegar a um consenso seria necessário um tempo maior. A opinião pública ficou desiludida por não serem apresentados resultados concretos. Muitos católicos se escandalizaram com a discórdia dos padres conciliares, o que acontecera em todos os concílios anteriores.

Um resultado importante se podia constatar: o episcopado havia aprendido a prática da unidade, reconhecendo o Concílio como sendo seu, manifestando sua vontade de contribuir em cada decisão do dele. Se o Concílio tivesse sido encerrado naquele momento, já havia deixado marcada sua forte presença na Igreja. Querendo chegar a resultados concretos, deveria fixar as suas prioridades e reduzir, na extensão, os esquemas elaborados. Essas tarefas foram confiadas a uma comissão de coordenação instituída no dia 6 de dezembro pelo próprio papa. A comissão era assim composta: o presidente era o cardeal Cicognani (desde o dia 12 de agosto era o novo secretário de Estado no lugar do cardeal Tardini, que havia morrido) e os cardeais Confalonieri, Dofner, Liénart, Spellman, Suenens e Urbani. A comissão trabalharia em estreita ligação com a secretaria do Concílio e com as comissões conciliares,⁴⁵ mas sempre em contato com os padres conciliares que o papa havia chamado para colaborar em uma carta do dia 2 de fevereiro de 1963. Os esquemas completamente reformulados foram apresentados aos padres conciliares no início de maio.

Nesse momento começava a definição do Concílio. De fato, os padres conciliares tomaram a direção do Concílio.⁴⁶ A retomada do Concílio estava prevista para o dia 8 de setembro, mas João XXIII não a veria.

A morte de João XXIII

No dia 3 de junho de 1963 morria o papa Roncalli. Grande foi a comoção em todo o mundo.⁴⁷ O pranto era maior fora do que dentro da Igreja.

No seu breve pontificado, João XXIII, paralelamente ao Concílio, havia indicado em muitas encíclicas novos caminhos a serem seguidos. Na encíclica sobre as missões, *Princeps pastorum* de 28 de novembro de 1959, pronunciou-se a favor do clero indígena e do apostolado leigo nas missões e aprovou a adaptação às culturas não-européias.⁴⁸ A *Mater et magistra*, de 15 de maio de 1961, continuava a tradição das grandes encíclicas sociais, publicadas a partir de Leão XIII.⁴⁹ Uma grande herança deixada por Roncalli foi a encíclica *Pacem in terris*, 11 de abril de 1963.⁵⁰ Foram incisivas suas atitudes na Cúria Romana em relação à disposição sobre o sacro colégio: aos bispados suburbicários foram designados bispos residenciais. Os cardeais-diáconos receberam a sagração episcopal; na quinta-feira santa do ano de 1962, o próprio papa os consagrou.⁵¹ Em cinco consistórios o papa nomeou 52 novos cardeais, superando assim o número máximo de 70, fixado por Sisto V.

De acordo com o código de direito canônico vigente, o Concílio foi suspenso com a morte do papa.⁵² O arcebispo de Milão, Giovanni Battista Montini, eleito papa no dia 21 de junho de 1963, escolhendo o nome de Paulo VI, dissipou qualquer dúvida que poderia existir sobre a continuidade do Concílio, decidindo pela sua continuação.⁵³

⁴⁵ A comissão de coordenação realizou entre janeiro e maio de 1963 cinco reuniões; sobre sua importância confira: ALBERIGO, G. La commissione di coordinamento. *Cultura e scuola* (1968), pp. 117-121.

⁴⁶ KOSER, C. Após a primeira sessão do Concílio. *REB* 22:2 (1962), pp. 825-829.

⁴⁷ ALBERIGO, G. *Papa Giovanni (1881-1963)*. Bologna, 2000. pp. 204-206.

⁴⁸ *AAS* 51 (1959), pp. 833-864; *Enchiridion delle encicliche*, n. 7, pp. 168-221.

⁴⁹ *AAS* 53 (1961), pp. 401-464; *Enchiridion delle encicliche*, n. 7, pp. 222-481.

⁵⁰ *AAS* 55 (1963), pp. 257-304; *Enchiridion delle encicliche*, n. 7, pp. 541-712.

⁵¹ *AAS* 54 (1962), pp. 253-258.

⁵² Com base no artigo 33 da constituição apostólica *Vacantis apostolicae sedis*, de Pio XII, de 8 de dezembro de 1945, in *AAS* 38 (1946), pp. 65-99. O regulamento do Concílio não estabelecia nada sobre esta situação e nem a carta apostólica do dia 5 de setembro de 1962 *Summi Pontificis electio*, in *AAS* 54 (1962), pp. 632-640.

⁵³ CARBONE, V. Il Concilio Vaticano II primo pensiero del ministero apostolico di Paolo VI. *Istituto Paolo VI. Notiziario* 26 (1993), p. 28.

Paulo VI, novo papa

Paulo VI era bem diferente de seu antecessor na origem, estrutura espiritual, formação e carreira. Seu pai era diretor editorial em Bréscia e havia sido deputado do partido popular. Montini estudou em escola pública em Bréscia e ali foi matriculado no seminário. Foi ordenado sacerdote em 1920, estudou direito canônico na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. A partir de 1922, preparou-se para a carreira diplomática, prestou por um curto período serviços na nunciatura de Varsóvia obtendo uma pequena estada na nunciatura de Varsóvia (1923). A partir de 1924, desenvolveu por trinta anos sua atividade na secretaria de Estado do Vaticano. Depois da morte do secretário de Estado Maglione (o mais próximo colaborador de Pio XII) (1944), Montini e Tardini se tornam secretários para os negócios extraordinários. Paralelamente a essa função, Montini desenvolveu um trabalho pastoral na associação dos estudantes universitários e dos laureados (respectivamente FUCI e Laureados católicos). Foi nomeado arcebispo de Milão em 1954, sucedendo o cardeal Schuster. Trabalhou sempre no campo social. Durante a primeira sessão do Concílio fez somente duas intervenções. Junto com o cardeal de Bologna, Lercaro, considerado progressista, foi considerado progressista moderado. Seguiu a linha de João XXIII, mas diferentemente deste último conhecia bem a Cúria Romana, as oposições e rivalidades internas.⁵⁴

No dia seguinte à sua eleição, Paulo VI anunciava, por meio de uma mensagem radiofônica, a sua intenção de continuar o Concílio e fixou a data para reiniciar os trabalhos: 29 de setembro. Demonstrou suas intenções ecumênicas enviando um representante à celebração do jubileu de ouro do patriarca de Moscou, Alessio.

No dia 12 de setembro anunciou algumas modificações para abertura. Escolheu alguns cardeais como

delegados-moderadores do Concílio, que receberiam a incumbência de dirigir as congregações gerais: Agagianian, Suenens, Dopfher e Lercaro.⁵⁵ As prerrogativas dessa nova figura institucional foram apresentadas na sessão quinta e sexta da comissão de coordenação, as quais aconteceram nos dias 25 e 26 de setembro. A tarefa facilitaria um encaminhamento do concílio e uma coordenação eficaz entre o papa e a assembléia.⁵⁶

2. Segundo período do Concílio (29.9 a 4.12.1963)

No discurso de abertura,⁵⁷ no dia 29 de setembro, o papa elencou os objetivos do Concílio de maneira mais precisa que seu antecessor: 1) a exposição da doutrina da natureza da Igreja; 2) a reforma interna da Igreja; 3) a importância da unidade dos cristãos; 4) o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo.

A necessidade de expor a doutrina da natureza da Igreja se faz importante, pois, além de se ter uma definição dada por ela sobre si mesma, teria também a compreensão do papel do episcopado e sua relação com o papa.⁵⁸

Depois de sua santificação interna, e só depois disso, a Igreja poderá mostrar seu rosto para o mundo inteiro afirmando: quem me vê, vê o Cristo. A tarefa era urgente: reformar, corrigir, esforçar para adequar-se ao seu divino modelo, que constitui o seu dever fundamental. O texto reconhece a acusação de que a Igreja é infiel ao pensamento do seu fundador.⁵⁹

A recomposição da unidade entre todos os cristãos é o outro grande objetivo do Concílio. Este tende ao ecumenismo. Hoje na esperança, amanhã na realidade.⁶⁰ A assembléia conciliar precisa lançar uma ponte em direção

⁵⁴ AS, V/1, p. 36. O papa nomeia três novos membros da comissão coordenadora: cardeais Agagianian, Lercaro e Roberti.

⁵⁵ AS, II/1, pp. 9-13.

⁵⁶ Sobre a sessão quinta e sexta, confira: AS, V/1, 687, 692-697. Veja, ainda, algumas desilusões causadas pelo papa para a Cúria Romana no seu discurso de 21 de setembro. O papa afirmou que no momento da convocação do Concílio a Cúria se mostrara apreensiva. No discurso ainda afirmava que este Concílio possuía uma grande importância e, se porventura houvesse dúvidas de quem comandava a Cúria, essas não tinham mais razão de ser, pois era ele, o próprio papa, quem comandava este organismo. Por fim, declarava que a Cúria deveria aceitar as críticas a ela dirigidas, as críticas contribuiriam para uma avaliação deste organismo central da Igreja. A intenção de Paulo VI, também revelada no discurso, era de internacionalizar a Cúria romana, nomeando representantes de outros países para desempenhar funções em Roma. AS II/1, pp. 49-56.

⁵⁷ EV I, nn. 133-201. AS, II/1, pp. 183-200. Entre outros comentários sobre o discurso, confira: COLOMBO, G. I discorsi in apertura e chiusura dei periodi conciliari. In: AA. VV. *Paolo VI e il rapporto Chiesa-mundo al Concilio*. Brescia, 1991. pp. 253-263.

⁵⁸ EV I, nn. 149-155.

⁵⁹ EV I, nn. 160-165.

⁶⁰ EV I, nn. 169-170. Essa parte do discurso foi recebida como sendo uma grande abertura ao ecumenismo. Paulo VI afirmou que a Igreja estava disposta a pedir perdão àqueles que se sentiram ofendidos pela Igreja, se esta teve alguma culpa pelas separações das Igrejas.

ao mundo. A Igreja olha o mundo com compreensão, tem o propósito de valorizá-lo: e não de condená-lo, mas de salvá-lo.⁶¹

A primeira congregação-geral do novo período aconteceu no dia seguinte. O secretário explicou a nova edição do regulamento. Foram elaboradas até normas técnicas.⁶²

Esquema sobre a Igreja

O esquema sobre a Igreja⁶³ reapresentado, agora reelaborado, articulava-se em quatro capítulos: a Igreja como mistério; sua estrutura hierárquica; Povo de Deus e leigos; e santidade da Igreja. No primeiro dia de debate o cardeal Frings⁶⁴ propôs acrescentar no início do texto o conceito e o tema “Povo de Deus”, porque a hierarquia e os leigos formam, juntos, a Igreja; recomendou a introdução de um capítulo sobre a dimensão escatológica da Igreja e a inserção do texto sobre a mãe de Deus.

No dia primeiro de outubro foi realizada uma primeira votação sobre o esquema no seu conjunto, tendo como resultado uma maioria absoluta a favor da continuidade do exame sobre o esquema (2.231 votos favoráveis, 43 contrários).⁶⁵ No decorrer do mês de outubro teve lugar o debate sobre cada um dos pontos do esquema. O cardeal Lercaro observou que *Corpus Christi mysticum* e Igreja visível não coincidiam: todos os batizados pertencem, em certo sentido, ao corpo místico de Cristo sem serem necessariamente membros da Igreja católica visível.⁶⁶ Essa discussão, de grande importância nas relações ecumênicas, logo foi colocada em segundo plano devido às discussões sobre o segundo capítulo: a estrutura hierárquica da Igreja. Essa discussão durou de 4 a 16 de outubro; 127 oradores apresentaram suas opiniões. O ponto fundamental para uma minoria formada sobretudo de membros da Cúria

Romana era a doutrina de que o colégio episcopal, agindo em estreita colaboração com o papa, divide com este a responsabilidade e o poder nas relações com toda a Igreja. Alguns oradores como o cardeal Siri⁶⁷ de Gênova, presidente da conferência episcopal italiana, o arcebispo Staffa, secretário da Congregação dos Estudos, o arcebispo Parente, assessor do Santo Ofício, o bispo Carli⁶⁸ de Segni, consideravam esta teoria um prejuízo ao primado papal⁶⁹ e contestavam que ela tivesse fundamento bíblico e na tradição. O grupo oposto, o da “colegialidade”, cardeais Liénart e Léger, Bettazzi, bispo auxiliar de Bologna, sustentavam que o primado do papa havia sido colocado em evidência em numerosos pontos do esquema segundo a definição do Vaticano I e que a doutrina do colégio episcopal se sustentava na Sagrada Escritura na missão dos doze e no fundamento da tradição dos textos da consagração episcopal e em outros testemunhos.

Uma segunda questão que não foi debatida com tanta vitalidade foi a restauração do diaconato permanente. Com as definições do Concílio de Trento (1545-1563), o diaconato permanente foi considerado um grau intermediário para o sacerdócio. Com a escassez de sacerdotes, voltava-se a refletir sobre a figura dos diáconos.

O debate sobre o terceiro capítulo, Povo de Deus e leigos, ofereceu a oportunidade de chamar a atenção sobre a responsabilidade dos leigos, enraizada no sacerdócio comum e no que diz respeito à superação do clericalismo. Não faltaram vozes que viam na “reavaliação” dos leigos um perigo para a autoridade eclesiástica. E não faltaram aqueles que defenderam que este item deveria ser colocado depois do primeiro capítulo.⁷⁰

No quarto capítulo, santidade da Igreja, tratou-se da vocação à santidade de todos os batizados, considerando em particular a vida religiosa e os conselhos evangélicos. Faltava uma sessão sobre os sacerdotes diocesanos e sobre sua vida de santidade, diferente, não

⁶¹ EV I, nn. 183-190.

⁶² ALBERIGO, G. Dinamiche e procedure nel Vaticano II. Verso una revisione del Regolamento del Concilio (1962-1963). *Cristianesimo nella storia* 13 (1992), pp. 115-164. Para a edição modificada do *Ordo Concilii Oecumenici Vaticani II celebrandi*, confira: AS, II/1, pp. 36-46.

⁶³ O texto do esquema AS, II/1, pp. 215-281; intervenções em AS, II/2, pp. 9-913, AS, II/3, pp. 10-674 e AS, II/4, pp. 29-359. As intervenções escritas: AS, III/1, pp. 467-801. Uma publicação dos debates conciliares do segundo período encontram em: REB 23:4 (1963), pp. 943-988 (texto organizado por Boaventura Kloppenburg).

⁶⁴ AS, II/1, pp. 343-346.

⁶⁵ AS, II/1, p. 391.

⁶⁶ AS, II/2, pp. 9-13. Uma breve explicação do próprio cardeal Lercaro: LERCARO, G. *Lettere dal Concilio 1962-1965*. Bologna, 1980. p. 170. Confira também: DOSSETTI, G. *Il Vaticano II; frammenti di una riflessione*. Bologna, 1996; LERCARO, G. *Per la forza dello Spirito*. Bologna, 1984.

⁶⁷ AS, II/1, p. 347.

⁶⁸ AS, II/1, p. 639.

⁶⁹ AS, II/2, pp. 484-487. Um texto crítico sobre o tema: LERCARO, *Per la forza dello Spirito*, cit., pp. 321-329.

⁷⁰ Intervenções nesta linha foram do bispo de Paderbon, Jaeger e do polonês Karol Wojtyła. AS, II/3, pp. 92-95; 154-157.

na finalidade, mas nos meios, daquela dos religiosos e leigos. O quadro-geral sobre a Igreja apresentado no esquema não parecia em nada com a realidade, segundo o cardeal Bea: não correspondia à realidade da Igreja peregrina.

O debate sobre o esquema relativo à Igreja durou o mês inteiro. A questão era: das emendas solicitadas, quais deveriam ser atendidas pela comissão de reelaboração do texto? Quais corresponderiam à maioria do Concílio? Para resolver essa dúvida o cardeal Suenens, moderador, anunciou na congregação-geral no dia 15 de outubro uma pré-votação sobre os quatro pontos controversos. Mas ela não foi realizada. No dia 23 de outubro o conselho da presidência, devido ao pedido dos moderadores, pediu que se revisse o texto referente à proposição de cinco (e não quatro) pontos: 1) se a consagração episcopal tem caráter sacramental; 2) se na comunhão com o papa e com os bispos cada bispo legitimamente consagrado é *ipso facto* membro do *corpus episcoporum*; 3) se o colégio episcopal (*corpus seu collegium episcoporum*) é sucessor do colégio dos apóstolos e se junto com o seu chefe, o papa, e nunca sem ele, tem o poder supremo sobre toda a Igreja; 4) se este poder é de direito divino; 5) se é oportuno, em relação às necessidades locais da Igreja, restaurar o diaconato como grau de consagração distinto e permanente. As cinco questões não possuíam um caráter de determinações definitivas, mas referiam-se à futura formulação do esquema por parte da comissão.

O clima ficou tenso devido a uma forte propaganda, com panfletos distribuídos em frente à *aula* conciliar e/ou textos enviados por correio (os organizadores não tomaram nenhuma medida). O panfleto (fora da Assembléia se realizavam várias reuniões e, entre os padres conciliares foi distribuído este panfleto, no qual se sustentava que votar para se inserir o texto seria votar contra a Virgem). Não se sabe com exatidão a origem do panfleto. Trazia um texto contrário à inclusão no esquema⁷¹. Somente no dia 30 de outubro votaram-se os cinco pontos. Os pontos 1 e 2 foram aprovados pela grande maioria, mas em relação aos outros três pontos os votos negativos cresceram: 1.808 favoráveis, 336 contrários; 1.717 favoráveis, 408 contrários; 1.588 favoráveis, 525 contrários. Apesar dessa situação, a futura aprovação de dois pontos — o diaconato permanente e a colegialidade — estava assegurada. A

“crise” de outubro de 1963 havia sido superada. A congregação-geral do dia 30 de outubro de 1963 tomava um outro rumo, diferente daquele de outubro de 1962.

O contraste sobre a estrutura da Igreja influenciou a discussão do esquema relativo ao múnus pastoral dos bispos e o governo das dioceses,⁷² que ocupou nove congregações-gerais, do dia 5 a 15 de novembro. O esquema era resultado das fusões dos cinco textos da comissão preparatória e foi enviado aos padres conciliares no final de abril. Limitava-se às tarefas diretivas dos bispos: sua relação com as autoridades centrais de Roma, a posição dos bispos auxiliares, as conferências episcopais, a circunscrição e a reforma das dioceses e o poder e a administração das paróquias. É evidente que o esquema não partia das Igrejas locais, mas de cima para baixo. Depois de uma apresentação do cardeal Marella, presidente da comissão conciliar permanente, e depois de um breve debate geral, o esquema foi assumido (com 447 votos contrários) como base para uma futura discussão sobre cada um dos pontos. Enquanto alguns padres conciliares pretendiam que no primeiro capítulo se levasse em consideração a votação sobre a colegialidade, outros (Ottaviani, Carli) contestavam o caráter da votação de 30 de outubro. Os principais problemas se revelavam: a reforma da Cúria Romana, a composição e os direitos das conferências episcopais, a posição dos bispos auxiliares e o limite de idade para os bispos renunciarem à diocese.

Apesar de que estava claro para a grande maioria que a questão da reforma da Cúria podia ser revolvada somente pelo papa, e não pelo Concílio, ainda assim, foram expressas muitas opiniões a respeito do tema: para o exercício da colegialidade poder-se-ia dar vida ao conselho episcopal (Alfrink) — esse era o pensamento de muitos — podendo-se transferir para essa instância o direito de eleição para papa. Muitos oradores lamentaram a burocracia da Cúria sem fazer uma avaliação sobre a sua importância como depositária das experiências centenárias. O grande momento do debate foi quando o cardeal Frings solicitou que o Santo Ofício, antes da condenação de uma doutrina ou de um livro, escutasse o ordinário competente e o acusado. O cardeal Ottaviani defendeu com grande firmeza o tribunal que presidia. O ataque do cardeal de Colônia deu um sinal da necessidade de uma reforma no Santo Ofício.

⁷¹ AS, II/3, p. 627.

⁷² O esquema: AS II/4, pp. 263-292; o debate: AS II/4, pp. 293-748; II/5, pp. 9-411.

As conferências episcopais existiam na Alemanha desde 1848 e foram sendo introduzidas em outros países; as conferências da Itália e da França eram recentes. As conferências episcopais africanas se constituíram somente durante o Concílio, com um secretário-geral sob a direção do cardeal Rugambwa. A sua estrutura e as suas atribuições foram fixadas porque a elas foram atribuídas competências e o direito de tomar decisões sobre seus membros.

A doutrina de que com a consagração os bispos são membros do colégio episcopal, aprovada pela maioria no debate sobre a Igreja, fez com que os bispos auxiliares pedissem um melhoramento da sua posição de direito. Os bispos africanos se pronunciaram contra a nomeação de bispos auxiliares: temia-se que isso viesse a prejudicar a unidade do bispo diocesano. Também criticou-se a nomeação de bispos titulares com única e exclusiva finalidade pessoal. Uma outra questão: a idade; se o bispo é pastor e mestre da sua diocese, seria correto fixar o limite de idade para a aposentadoria (75 anos)? Exemplos de bispos idosos e doentes que refutassem as demissões seriam fáceis de serem encontrados; mas o papa do Concílio, João XXIII, não fora eleito para o pontificado com 77 anos? Porventura não estariam entre os conciliares homens de grandes idéias que já haviam ultrapassado os 80 anos? O elenco dos problemas não parava por aí: muitas eram as dioceses pequenas e desprovidas de recursos financeiros, outras, nas grandes metrópoles, que haviam crescido desordenadamente e com grande concentração populacional; atritos com as dioceses pessoais e de ritos orientais e com a organização dos capelães militares e, por fim, a penúria dos sacerdotes na América Latina. Um dos grandes pontos positivos destes debates foi que os bispos *conversaram* por muito tempo, o que era raro, sobre estes problemas que atingiam toda a Igreja. Foram 158 os oradores que apresentaram sua opinião sobre o assunto. O debate foi encerrado no dia 15 de novembro, sem votação. O esquema foi enviado para a comissão reelaborá-lo. Antes da conclusão da sessão, o moto-próprio *Pastorale munus*, do dia 30 de novembro de 1963, conferiu aos bispos diocesanos quarenta poderes, e a todos os bispos titulares, uma série de privilégios, mediante os quais a função do bispo aumentava de importância em relação ao poder central pontifício e, ao menos em parte, voltava a ter sua extensão originária.⁷³

O esquema *De oecumenismo*,⁷⁴ discutido do dia 18 de novembro ao dia 2 de dezembro, havia sido preparado e

composto conforme a decisão conciliar do dia 1 de dezembro de 1962, por uma comissão mista, formada por membros do secretariado para a unidade dos cristãos e da comissão oriental. O texto tratava dos princípios católicos do ecumenismo (cap. 1), da sua configuração (cap. 2), das relações com as Igrejas orientais e, de maneira breve, com as Igrejas protestantes (cap. 3), da posição dos judeus na história da salvação (cap. 4) e da liberdade religiosa (cap. 5). O primeiro relator, cardeal Cicognani, apresentava as aspirações ecumênicas do Concílio como sendo com continuidade de quase todos os demais concílios: a paz e a unidade. O segundo relator, o arcebispo de Rouen, Martini, apresentou o esquema como algo absolutamente novo; o terceiro, o arcebispo de Belgrado, Bukatko, respondendo pelas Igrejas orientais, afirmava que o texto precisava ser melhorado.

No decorrer do debate foram sendo suscitadas algumas questões: o que é o ecumenismo católico? Não deveria a Igreja procurar uma ligação com o movimento ecumênico? A Igreja católica romana renunciaria a sua pretensão de ser a verdadeira Igreja e chamaria de “Igrejas” as comunidades eclesiais separadas?

O capítulo terceiro não agradou nem aos representantes das Igrejas orientais, nem aos observadores protestantes. Afirmavam, orientais e protestantes que, de um lado, não fazia mais sentido — como havia sido feito no Vaticano I — convidá-los para retornar à Igreja católica e acentuar as diferenças existentes, mas que, de outro, não era conveniente esconder as diversidades doutrinárias que existiam. O esquema se dirigia aos católicos exortando-os a fazer de sua Igreja um modelo e uma contínua busca da perfeição cristã. Recomendava uma recíproca vontade de aprender a conhecer-se e uma disponibilidade ao diálogo, à oração comum para a unidade, mas não a comum celebração dos mistérios. Foram, especialmente, os cardeais Bea (Reitor do Pontifício Instituto Bíblico, Roma-Itália) e Jaeger (arcebispo de Paderbon, Alemanha) aqueles que deram a idéia condutora do capítulo terceiro. Receberam o apoio da grande maioria dos bispos, exceções foram encontradas naqueles para quem a palavra “ecumenismo” representava um perigo.

O debate revelou uma abertura no pensar ecumênico; as práticas, ainda modestas, são frutos dessas discussões. Outras controvérsias permaneciam sobre os

⁷³ AAS 56 (1964), pp. 5-12.

⁷⁴ AS II/4, p. 612; II/5, p. 549.

dois últimos capítulos: sobre os judeus e sobre a liberdade religiosa. Sobre o judaísmo não se tratava somente sobre a história da salvação, mas também sobre questões do mundo contemporâneo: o anti-semitismo. Requeria-se uma explicação profunda que corrigisse os erros precedentes em relação à Igreja. Expressaram a sua desaprovação, sobretudo, os bispos de países árabes, defendendo a idéia de que uma tal explicação poderia ser interpretada politicamente como uma tomada de posição a favor do Estado de Israel. Temiam, assim, um desdobramento intrincado da sua já difícil situação. Desejavam ainda que fosse inserida uma palavra sobre o islamismo.

O capítulo sobre a liberdade religiosa foi defendido pelo seu relator, De Smedt (Bruges), contra as objeções de natureza teológica. Muitos padres questionaram se esses capítulos estariam no lugar certo. Essas dúvidas e a resistência do mundo árabe explicam por que, mesmo se no seu todo o esquema havia sido aprovado pela grande maioria como base de trabalho (1.966 favoráveis e 86 contrários),⁷⁵ na votação de 21 de novembro, sobre esses dois capítulos não se votou mais. Ficaram suspensos. Sobre seu conteúdo e sua colocação no contexto, encontravam ainda grandes contrastes.

No esquema sobre a Igreja e o ecumenismo o Concílio deparou-se com problemas decisivos para a autoconsciência da Igreja, mas não encontrou uma solução satisfatória. Mesmo assim, na conclusão dessa sessão, na terceira sessão pública, 4 de dezembro de 1963, foram promulgados dois textos: a constituição sobre a sagrada liturgia e o decreto sobre os instrumentos de comunicação social.

O esquema da liturgia,⁷⁶ que havia sido reelaborado com base nas reuniões da comissão conciliar entre os dias 23 de abril e 10 de maio, foi votado novamente por capítulos, enquanto se discutia o esquema relativo à Igreja. Sobre os capítulos 2 e 3 (missa e sacramentos) foram apresentadas muitas reservas precisam ser refeitos. Só na votação conclusiva, no dia 22 de novembro, votou-se a constituição na íntegra, com o seguinte resultado: 2.158 votos favoráveis e 19 contrários. Na terceira sessão pública ela foi aprovada e proclamada pelo papa. Assim, foi

aprovado o conceito de fundo *totius populi plena et actuosa participatio* no mistério pascal, ou seja, o conceito-base do movimento litúrgico. A consequência foi o poder, conferido às conferências episcopais, de autorizar que grande parte da liturgia da palavra da missa, em particular as leituras da Bíblia e a oração comum depois do ofertório, fosse nas línguas “vulgares” (vernáculo). Mas a língua latina, como língua litúrgica, não foi abolida da Igreja ocidental. Os textos da Sagrada Escritura e a homilia foram reconhecidos como sendo de grande (de maior) importância e era preciso também se preocupar com o conteúdo do canto dos fiéis. Para ocasiões especiais foi concedido o direito de concelebração da missa por vários sacerdotes.⁷⁷

As normas de aplicação foram passadas para as conferências episcopais, com reserva de confirmação da parte da Santa Sé. Para a reforma dos livros litúrgicos, em particular do missal e do breviário, o papa constituiu uma comissão logo após o encerramento dessa sessão (25 de janeiro de 1964). A reforma litúrgica assim encaminhada rompia com o rubricismo de muitos séculos.⁷⁸

Embora não com a mesma unanimidade da constituição sobre a liturgia, também foi aprovado o decreto sobre os meios de comunicação.⁷⁹ O novo texto precisou de posição da Igreja diante da imprensa, do teatro, do cinema, do rádio e da televisão, sem um grande aprofundamento teológico e sociológico; sentia-se a falta da elaboração de um texto sobre o direito do homem à informação, do dever de informar da parte do Estado e da Igreja. Alguns jornalistas falavam de um retrocesso, viam uma ameaça à liberdade profissional. No dia 17 de novembro, noventa padres conciliares apresentaram a proposta de ainda se fazer uma revisão do texto; não tiveram sucesso. Isso explica por que na votação conclusiva foram 503 os votos contrários, contra 1.598 favoráveis. É evidente que o decreto ainda permanecia num ambiente pré-conciliar, não se dando a devida importância aos meios de comunicação. Mesmo assim, o documento é um avanço. Basta verificar as condenações e o tratamento negativo em relação aos *mass media* nos períodos anteriores.

No discurso de encerramento dessa sessão,⁸⁰ Paulo VI afirmou que o resultado não correspondia a tudo que se

⁷⁵ AS II/6, pp. 306-309.

⁷⁶ AS II/6, pp. 409-439. Uma apresentação da literatura publicada até o início da década de 1980 sobre a constituição: SODI, M. La “Sacrosanctum Concilium” e i suoi commenti dal 1964 ad oggi. *Notitiae* 19 (1983), pp. 571-607.

⁷⁷ Sobre a fórmula da aprovação, confira: FAGIOLLO, V. *Diritto ecclesiastico* 75 (1964), pp. 370-386.

⁷⁸ ISNARD, C. A constituição *De sacra liturgia*. *REB* 23 (1963), pp. 865-870.

⁷⁹ O decreto aprovado *Inter mirifica*. O texto: AS II/6, pp. 497-504.

⁸⁰ AAS 56 (1964), pp. 31-40; AS II/6, pp. 561-570; EV I, nn. 202-234.

⁸¹ EV I, n. 222.

esperava e, portanto, haveria muito trabalho ainda. No final do discurso comunicou, para a surpresa de muitos, sua peregrinação a Jerusalém,⁸¹ estando previsto um encontro com o patriarca Athenágoras. Sem dúvida, a peregrinação, que aconteceu entre os dias 4 e 6 de janeiro de 1964, e o encontro com o patriarca, acompanhados com bastante interesse pela opinião pública, consistiram, mais do que em palavras, num grande evento na direção do ecumenismo.

3. Terceiro período do Concílio (14.9 a 21.11.1964)

O terceiro período do Concílio foi aberto no dia 14 de setembro de 1964⁸² com uma missa concelebrada por 24 padres conciliares, a primeira concelebração durante o concílio. Nesse período aconteceria a maior crise conciliar. A comissão de trabalho guiada pela comissão de coordenação havia desenvolvido seis esquemas que estariam nas próximas discussões: Igreja, episcopado, ecumenismo (os três temas principais do segundo período), revelação (tratada no primeiro período), apostolado dos leigos e a Igreja no mundo contemporâneo. Paulo VI já havia escrito sobre o último tema na encíclica *Ecclesiam suam*, de 6 de agosto de 1964, e concretizava-se a palavra de ordem de seu antecessor: *aggiornamento*.

O discurso de abertura,⁸³ pronunciado no dia 15 de setembro, falou sobre a Igreja e recordou a necessidade de completar a doutrina do Vaticano I sobre o tema.

O novo esquema sobre a Igreja, que continha seis capítulos, recebeu outros dois: o capítulo 7 era sobre o caráter escatológico da Igreja, e o capítulo 8 sobre a Virgem Maria. No mesmo momento em que aconteciam as votações sobre os seis primeiros capítulos, acontecia o debate sobre os dois últimos. Os dois primeiros (mistério da Igreja; o

Povo de Deus) foram aprovados sem grandes contrastes.⁸⁴ Discussões acaloradas tiveram lugar durante a discussão do terceiro capítulo, sobre a estrutura hierárquica da Igreja.⁸⁵ Para a votação, dos dias 21 a 30 de setembro, o texto foi apresentado por partes, (foi dividido) em 39 sessões e para cada uma delas era necessário votar⁸⁶. Nas sessões sobre a colegialidade episcopal, que na sua forma atual havia sido defendida pelo arcebispo Parente⁸⁷ e refutada por Franic⁸⁸ (Spalato), os votos contrários foram mais de 300: era um grupo influente, que via no texto um perigo para o primado do papa. Muito mais numerosos, mas de diferentes proveniências, foram os 629 votos contrários à questão do diaconato permanente. Aprovados com grande maioria foram os capítulos 4, sobre os leigos, 5, sobre a vocação à santidade, e 6, sobre os religiosos. O capítulo 7, apresentado pela cardeal Larraóna, foi substancialmente melhorado nos debates dos dias 15 e 16 de setembro. Maior oposição teve o capítulo 8. Para alguns, o texto era minimalístico; outros, entre eles o primaz da Polônia e os bispos espanhóis e italianos, recomendaram a inserção no texto de certas expressões: mãe da Igreja, medianeira. Os cardeais Bea e Frings apresentaram reservas sobre o tema, afirmando que era necessário permanecer no terreno dogmático.

Antes da votação desses capítulos, a discussão se fez ainda mais acirrada. O problema residia nas oposições sobre o segundo esquema, “a atividade pastoral dos bispos”. O texto proposto era o resultado da abreviação do esquema sobre o episcopado, debatido no segundo período, e da fusão com um projeto sobre a estruturação da pastoral (março 1964). O texto deveria ser discutido entre 18 e 22 de setembro. Carli (bispo de Segni, Itália) contestou a competência e a responsabilidade dos bispos no que diz respeito à Igreja universal, temas que eram a base do texto. Outros críticos, como o cardeal Léger (arcebispo de Montreal, Canadá) e numerosos bispos franceses, diziam que o texto era demasiadamente jurídico,

⁸¹ EV I, n. 222.

⁸² AS III/1, pp. 140-151.

⁸³ AAS 55 (1963), pp. 841-859; EV I, nn. 254-255.

⁸⁴ AS III/1, pp. 395-398; 430, 438, 458. Sobre o conjunto da votação, confira: KLOPPENBURG, B. *Votazione e ultimi emendamenti alla costituzione*. In: BARAÚNA, G., org. *La Chiesa del Vaticano II*. Firenze, 1965. pp. 190-219.

⁸⁵ AS III/1, p. 192.

⁸⁶ AS III/2, pp. 218-221.

⁸⁷ AS III/2, pp. 211-218. Parente fez suas observações afirmando ter-se baseado em autores recentes: ALBERIGO, G. *Lo sviluppo della dottrina sui poteri nella Chiesa universale*. Roma, 1964; BERTRAMS, W. *De relatione inter officium episcopale et primatiale*. *Periodica de re morali, canonica et liturgica* 51 (1962), pp. 3-29; †. *Vicarius Vicarii Christi*; de significatione potestatis episcopalis et primatialis. Roma, 1964. Este último autor foi professor na Universidade Gregoriana de Roma.

⁸⁸ AS III/2, pp. 193-201.

clerical e incompatível com a realidade. Foram apresentados diversos pedidos para as emendas. O esquema novamente emendado foi apresentado para debate entre 4 e 6 de novembro, mas as intervenções relativas ao capítulo 1 (852) e ao capítulo 2 (889) foram tantas que o texto não pôde ser revisto até o final deste período.

As tensões continuaram e se acaloraram quando no dia 23 de setembro foi apresentado o tema da liberdade religiosa e no dia 25 a declaração sobre os judeus, que originariamente entravam no esquema sobre o ecumenismo.⁸⁹ O bispo de Bruges, Smedt,⁹⁰ informou que haviam sido elaboradas 380 propostas de emendas. Partindo da dignidade natural do homem, o decreto sustentava a liberdade de consciência no campo civil, mesmo quando a consciência erra. Os opositores compreenderam na sua exatidão o significado dessas afirmações. Rompia-se definitivamente com a ordem jurídica medieval, que exigia a eliminação dos heréticos mediante uma ação comum da Igreja e do Estado. No debate (de 25 a 29 setembro) o cardeal Ruffini fez a seguinte pergunta: como pode a Igreja católica, que é a verdadeira Igreja e a verdadeira depositária da verdade, renunciar a promover esta sua verdade, onde possível, também com a ajuda do Estado? Tolerância: sim. Liberdade: não.⁹¹ O cardeal Ottaviani fez uma outra pergunta: com esta declaração não se anulariam as concordatas da Santa Sé com países (como a Itália e a Espanha) que concediam uma posição privilegiada à Igreja católica?

O esquema encontrou seus defensores, de modo especial no episcopado americano (cardeais Meyer e Ritter), mas também no arcebispo polonês Wojtyła,⁹² de Cracóvia, que reconhecia seu valor diante do totalitarismo comunista. O debate foi encerrado sem votação. O texto foi submetido a cinco componentes da comissão teológica e depois a uma nova elaboração confiada ao secretariado para a unidade dos cristãos.

A declaração sobre os judeus,⁹³ apresentada, mas não debatida no segundo período, como capítulo 4 do ecumenismo, foi introduzida no dia 25 de setembro pelo cardeal Bea. Para contemporizar conciliar com os

muçulmanos, o islamismo foi expressamente nomeado. Para alguns, o texto afirmava que os judeus, não o povo judeu como entidade histórica, era absolvido da acusação de deicídio, 21 padres pediram o retorno à versão anterior do texto. Outros solicitaram o aprofundamento da exposição histórica da salvação (Frings, Lercaro, Heenan, Hengsbach) e a consideração sobre outras religiões monoteístas (Konig). A dificuldade maior permanecia sendo o equívoco político. Os Estados muçulmanos interpretavam a declaração como uma tomada de posição a favor do Estado de Israel e faziam fortes pressões sobre os bispos dessas regiões. O patriarca Máximos IV chegou a acusar os autores do texto de serem “vendidos”. Explica-se, dessa forma, por que o secretário-geral do Concílio, em carta do dia 8 de outubro ao cardeal Bea, pediu ainda uma outra revisão do texto que deveria ser realizada por um grupo composto de três membros do secretariado para a unidade dos cristãos e de três da comissão teológica.

Uma surpresa em tranquilidade foi o debate sobre o esquema da revelação⁹⁴ (de 30 de setembro a 6 de outubro). O texto havia sido revisto por uma comissão da qual faziam parte Philips, Ratzinger, Congar, Rahner e outros teólogos ilustres. Pontos de contraste foram aqueles relativos à infalibilidade da Bíblia e à historicidade dos evangelhos. Como na votação sobre o esquema da Igreja e no debate sobre a liberdade religiosa, também neste, a grande maioria concordava com as finalidades fixadas pelos papas João XXIII e Paulo VI. O grupo radical, ligado a Roma, era bastante influente, mas numericamente fraco.

Essa maioria encaminhou o Concílio, determinando o destino dos nove textos apresentados entre os dias 7 de outubro e 20 de novembro. Dois desses retornaram para as comissões: no dia 14 foi apresentado o texto sobre o ministério e a vida do sacerdote, composto de doze pontos. No dia 9 de novembro o esquema sobre as missões retornou, embora no dia 6 o papa havia esta do na *aula* e recomendado a sua aprovação. O esquema do apostolado dos leigos foi criticado porque não trazia as devidas consequências da doutrina do Povo de Deus, ou seja, a autonomia dos leigos, mas também porque não acentuava

⁸⁹ *AS* III/2, pp. 317-327: texto do esquema; *AS* III/2, pp. 353-381, 468-578, 611-752: as discussões sobre o esquema.

⁹⁰ *AS* III/2, pp. 348-352.

⁹¹ *AS* III/2, pp. 369-373.

⁹² *AS* III/2, p. 531.

⁹³ *AS* III/2, pp. 327-352: texto do esquema; *AS* III/2, pp. 579-607; III/3, pp. 11-55, 141-147, 155-178: intervenções orais e escritas.

⁹⁴ *AS* III/3, pp. 69-123: texto do esquema; III/3, pp. 124-366, 425-511: discussões e emendas escritas; *AS* III/3, pp. 124-129, 142-145, 332-335: algumas intervenções orais: Franic, Ruffini, Carli.

a responsabilidade e a espiritualidade deles. Pela primeira vez um leigo apresentou, no Concílio, sua opinião: Patrick Keegan Presidente do Movimento Mundial dos trabalhadores cristãos.

As diretrizes da reforma da vida religiosa (debatidas entre 10 e 12 de novembro) e sobre a educação cristã (de 17 a 19 novembro) eram para muitos padres pouco concretas. Bem acolhidas foram as 22 proposições sobre a formação sacerdotal, que confiavam às conferências episcopais uma adaptação para cada região. A discussão reacendeu somente sobre a questão da autoridade dada a Tomás de Aquino no ensino filosófico e teológico.

O debate entre os dias 20 de outubro e 9 de novembro foi sobre o texto da Igreja e o mundo contemporâneo, que havia recebido o nome de *texto de Zurique*, pois a equipe havia-se reunido nesta cidade. Um esquema “romano” e um redigido em Malines (em francês) haviam precedido o texto apresentado. O esquema de Zurique, no qual havia colaborado B. Häring, tinha por base a teologia do serviço da Igreja ao mundo (cap. 2), pobreza, guerra e áreas superpovoadas (caps. 3 e 4). No decorrer do debate, o cardeal Meyer afirmou serem necessários aprofundamentos teológicos, mas o texto foi aprovado pela grande maioria (1.576 favoráveis e 296 contrários) para o debate de cada ponto. Durante o debate o cardeal Lercaro propôs que o Concílio se pronunciasse sobre o tema *Igreja e culturas*.⁹⁵ Um leigo, James Norris, apresentou bastante material sobre o assunto. A encíclica *Ecclesiam suam*,⁹⁶ de 8 de dezembro de 1964, na sua terceira parte se referia ao diálogo da Igreja com o mundo e encorajava a prosseguir o trabalho.

O esquema sobre o matrimônio⁹⁷ tratava em quatro capítulos os impedimentos para a realização do sacramento, os matrimônios mistos, o consenso matrimonial, a forma da celebração. O esquema foi introduzido pelo arcebispo de Bamberg, Scheneider, e discutido em *aula* entre os dias 19 e 20 de novembro, mas ao fim da congregação-geral de 20 de novembro, o cardeal Dopfner, na qualidade de moderador, propôs, em consideração da legislação sobre

os matrimônios mistos que nos países pluriconfessionais se sentia como grande obstáculo à aproximação das confissões, que o voto fosse submetido ao papa para garantir a regulamentação o mais rápido possível. O Concílio percebeu que a questão era bastante difícil do ponto de vista jurídico e pastoralmente poderia ser levantada, mas não resolvida. As situações nos países eram diferenciadas. Assim, 1.592 padres foram favoráveis a esta solução e 427 contrários.

Dos nove textos discutidos entre o mês de outubro e novembro, somente um chegou a um final depois de um breve debate (de 16 a 20 de outubro): o esquema sobre as Igrejas orientais. O texto foi promulgado na quinta sessão pública.

Uma nova e áspera resistência, por parte da minoria extremamente ativa e influente no Vaticano, aconteceu quando se tratou do capítulo 3 do esquema sobre a Igreja. No dia 14 de novembro foi entregue aos padres conciliares um fascículo com os pedidos de emendas para os capítulos de 3 a 8, junto com as respostas da comissão teológica. Esse fascículo foi acompanhado de uma *Nota explicativa praevia*, que apresentava a doutrina do colégio episcopal desenvolvida no capítulo 3, não comprometendo a doutrina do primado papal. A Nota, como declarou o secretário-geral, provinha de uma “autoridade superior”,⁹⁸ ou seja, do papa em pessoa. Assim, deveria favorecer a aceitação do texto por parte da minoria. O secretário afirmou que a nota não era parte constitutiva do texto.

A nota atingiu a sua finalidade: na sessão pública somente cinco padres votaram *non placet*.⁹⁹ Reforçava-se a doutrina do primado do Vaticano I, mas não cancelava-se nada sobre a origem divina do episcopado, nem da missão e responsabilidade do colégio relação em respeito à Igreja universal.

Outra situação delicada foi comunicada no dia 19 de novembro pelo cardeal Tisserant: a votação anunciada do dia anterior sobre a declaração da liberdade religiosa estava suspensa.¹⁰⁰ Na origem estava uma petição feita

⁹⁵ AS III/6, pp. 249-253. Lercaro ainda propunha a difusão entre os leigos do estudo teológico, conduzido por rigor científico. O cardeal Ruffini, escrevendo ao papa, declarou que esta intervenção era absurda para a tradição da Igreja. Cf. STABILE, F. M. Il cardinale Ruffini e il Vaticano II. Le lettere de un “intransigente”. *Cristianesimo nella storia* 11 (1990), p. 138.

⁹⁶ *Enchiridion delle Encicliche*, n. 7, pp. 713-830.

⁹⁷ AS III/5, pp. 82-85.

⁹⁸ AS III/8, pp. 10-13.

⁹⁹ Comentava-se que alguns votos negativos provinham de bispos favoráveis, inicialmente, à colegialidade, mas contrários à nota. Uma avaliação positiva sobre a nota foi realizada pelo cardeal Siri em seu diário: LAI, B. *Il papa non eletto*; Giuseppe Siri cardinale di Santa Romana Chiesa. Bari, 1993. p. 219. Para outro teólogo, Ratzinger, a nota revelava uma ambigüidade quanto à competência do colégio episcopal. RATZINGER, J. *Problemi e risultati ao Concilio Vaticano II*. Brescia, 1967. p. 65.

¹⁰⁰ AS III/8, p. 415.

por duzentos bispos italianos e espanhóis que recorriam ao regulamento do Concílio pedindo um tempo maior para estudar o texto. A votação foi adiada. A questão que se apresentava era a dificuldade de votá-la neste período. Neste momento e, não antes, viu-se muita excitação, irritação e emoção na *aula* conciliar. Muitos padres haviam abandonado o seu lugar e estavam em pé, discutindo em grupos de maneira acalorada.

Os bispos americanos fizeram uma petição que circulou rapidamente entre os padres; recolheram 441 assinaturas, pedindo que fosse votado ainda neste período o texto sobre a liberdade religiosa. Depois da conclusão da congregação-geral, os cardeais Meyer, Ritter e Léger se dirigiram ao papa e receberam a certeza de que a declaração seria o primeiro ponto a ser tratado na quarta sessão.¹⁰¹

O papa enviou ao presidente do secretariado para a unidade dos cristãos quarenta propostas de mudanças no texto. O cardeal Bea, presidente, não conseguiu apresentá-las a todos os membros do secretariado por falta de tempo. Algumas modificações eram de estilo, nenhuma mudava de modo substancial o texto. No dia 21 de novembro o texto foi aprovado (decreto *Unitatis redintegratio*) com onze votos contrários.

Outro texto seria aprovado neste período, a constituição *Lumen gentium*.¹⁰² Constituía o vértice e o centro das decisões conciliares. Do ponto de vista histórico, concluía a procura da Igreja de sua própria natureza e de seu significado íntimo. Essa procura havia sido iniciada no final do século XIII, trazendo graves conseqüências aos concílios do século XV e em Trento e, não havia sido concluída no Vaticano I. À sua luz são interpretados todos os decretos do Concílio. A definição da Igreja como Povo de Deus rompe com o conceito institucional unilateralmente jurídico e com a concepção de que a Igreja se identificava

com o clero e de que os leigos desempenhavam um papel passivo.

O diaconato permanente foi restabelecido. A Igreja se sentia menos militante e ainda menos triunfante, e mais peregrina e inclinada à sua plenitude escatológica.

E, por fim, a promulgação do decreto *Orientalium ecclesiarum instituta*¹⁰³ promulgado na quinta sessão pública, que regulou essencialmente as questões práticas da vida eclesial comum (liturgia, administração dos sacramentos), mas desiludiu aos orientais nos artigos 7 a 9, sobre patriarcados: o ponto-chave de toda a questão oriental.¹⁰⁴

4. Quarto período e a conclusão do Concílio (14.9 a 8.12.1965)

No dia 4 de janeiro de 1965, que no início de dezembro havia participado do congresso eucarístico de Bombaim, fixou a data de 14 de setembro para o início do quarto período do Concílio. Na encíclica *Mysterium fidei*,¹⁰⁵ de 11 de setembro de 1965, Paulo VI se manifestava contra a tentativa de enfraquecer o dogma da transubstanciação eucarística e sublinhava em vários pontos que a igreja não tem nenhum motivo para renunciar à tradição.

Na abertura do quarto período,¹⁰⁶ o papa surpreendeu o Concílio declarando que convocaria um sínodo episcopal,¹⁰⁷ podendo assim colaborar com a Igreja universal. A colaboração do episcopado será motivo de alegria para a Santa Sé e toda a Igreja, podendo ser útil ao trabalho cotidiano da Cúria Romana.¹⁰⁸ No discurso afirmava que a Igreja não tem seu fim em si mesma, mas está a serviço de todos. Deve fazer o Cristo chegar a todos

¹⁰¹ AS V/3, pp. 91-95.

¹⁰² Texto em AS III/8, pp. 784-836. Dentre os vários comentários, confira: PHILIPS, G. *Église e son mystère au deuxième concile du Vatican*. Paris, 1968. 2 v.; ANTON, A. *El misterio de la Iglesia*; evolución histórica de las ideas ecclesiológicas. Madrid/Toledo, 1986. v. 2, pp. 835-951; KOBLER, J. F. Were Theologians the Engineers of Vatican II. *Gregorianum* 70 (1989), pp. 247-250; MEINHOLD, P. La constitution "De Ecclesia" du point de vue d'un luthérien. *Irenikon* 38 (1965), pp. 309-326; KLOPPENGUR, B. Subsídios para a qualificação teológica da *Lumen gentium*. *REB* 25 (1965), pp. 425-488.

¹⁰³ ASS 56 (1964), pp. 1107-1118.

¹⁰⁴ Texto em AS III/8, pp. 837-845.

¹⁰⁵ *Enchiridion delle encicliche*, n. 7, pp. 845-919.

¹⁰⁶ ASS 57 (1965), pp. 794-805; EV I, nn. 326-358. Veja sobre este período: KLOPPENBURG, B. A IV e última sessão do Vaticano II. *REB* 25 (1965), pp. 425-488.

¹⁰⁷ Depois de uma introdução do cardeal Marella, foi lido o moto-próprio *Apostolica sollicitudo*, que instituiu o sínodo: AS IV/1, pp. 139-142 (*Relatio Pauli card. Marella*), pp. 19-24 (*Litterae Apostolicae motu proprio datae*).

¹⁰⁸ Um panorama sobre questões problemáticas inseridas no contexto pós-conciliar: ACERBI, A. L'ecclesiologia sottesa alle istituzioni ecclesiali postconciliari. *Cristianesimo nella storia* 2 (1981), pp. 203-234.

os indivíduos e povo: essa é sua missão. Ainda, anuncia a sua visita à Organização das Nações Unidas (ONU).

No início do novo debate sobre a liberdade religiosa (15 de setembro),¹⁰⁹ o relator De Smedt esclareceu, mais uma vez, que o texto não equiparava a verdade ao erro e não retirava do indivíduo a obrigação moral de procurar a verdade, mas contemplava a liberdade de cada denominação religiosa no campo civil. Na votação final (21 setembro), 224 padres foram contrários. Depois de uma correção do texto, o número de votos negativos aumentou. No dia 19 de novembro foram 249 votos contrários. No debate o cardeal polonês Wyszyński e o cardeal tcheco Beran sublinhavam a importância da declaração para a Igreja da “cortina de ferro”: os atos da consciência não podem ser ordenados e nem negados por um poder simplesmente humano.

A máxima *cuius regio, eius religio* era não só historicamente superada pela doutrina da Igreja, mas refutada. As grandes questões tratadas nas discussões do tema explicam por que o texto foi aprovado para publicação somente no último período.

O decreto sobre o múnus pastoral dos bispos¹¹⁰ apresentava a doutrina do magistério episcopal exposta na constituição sobre a Igreja. Às conferências episcopais foi reconhecido o direito de produzir estatutos próprios. Os bispos foram autorizados a nomearem vigários episcopais com competências específicas ou territoriais. A votação de 6 de outubro chegou quase à unanimidade (2.161 votos favoráveis e 14 contrários; na sessão pública os votos contrários foram somente 2).

O decreto sobre a renovação da vida religiosa¹¹¹ (*Perfectae caritatis*) foi reelaborado e apresentado com sucesso na votação de 11 de outubro; os votos contrários foram somente treze e na sessão pública, somente quatro.

O texto sobre a formação sacerdotal trazia poucas reformulações devido a sua boa aceitação no terceiro período. O novo texto apresentado no dia 11 de outubro foi aprovado quase por unanimidade (2.196 votos

favoráveis e 15 contrários). O decreto *Optatum totius*,¹¹² afirma, dentre outras tarefas, que as conferências episcopais devem preparar planos de estudo que sejam adequados ao nível espiritual e religioso de seu país.

A discussão solicitada pelos bispos latino-americanos, foi julgada inoportuna pelo papa, em carta ao cardeal Tisserant de 11 de outubro. Pouco antes, uma intervenção de um bispo brasileiro de origem holandesa, Pedro Paulo Koop (Lins, São Paulo), propunha, devido à escassez de sacerdotes, a ordenação de leigos casados a pelo menos cinco anos. A proposta foi rejeitada pelos moderadores.

A declaração sobre a educação cristã, *Gravissimum educationis*, mesmo reelaborada, encontrou notáveis críticas no debate de 17 a 19 de novembro, (419 votos contrários). O arcebispo coadjutor de Estrasburgo, Elchinger sublinhou a importância da formação dos professores e acenou sobre o perigo de o Estado impor nas suas escolas a sua ideologia aos alunos. A nova redação do texto, colocada em votação no dia 14 de novembro, obteve 1.912 votos favoráveis e 183 contrários. A declaração afirma (art. 7) que a maioria dos estudantes católicos frequenta escolas e institutos superiores leigos e que nestes também trabalham professores católicos.¹¹³

A declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs,¹¹⁴ chamada frequentemente de declaração sobre os judeus, não conseguiu contentar a todos os opositores. As votações do dia 14 e 15 de outubro teve 250 votos contrários e, na sessão pública, do texto inteiro, os votos contrários foram 88.¹¹⁵ Tudo o que foi cometido durante a paixão de Cristo não pode ser atribuído aos judeus de sua época e muitos menos aos do tempo presente. A (sua) morte de Cristo tinha como causa seu amor pela humanidade e, assim, dessa forma a Igreja também declarava sua deploração ao anti-semitismo, execrando qualquer tipo de discriminação ou perseguição por motivos de raça e de cor, de condição social ou de religião.

O decreto sobre o diálogo inter-religioso reconhecia como ponto de contato com o islamismo, seu monoteísmo,

¹⁰⁹ As versões emendadas, remendadas do esquema: AS IV/1, pp. 146-196; pp. 196-199 (apresentação de De Smedt); pp. 200-421 (intervenções); pp. 605-884 (observações escritas enviadas no terceiro e quarto período); questões relativas ao último debate: IV/2, pp. 207-209.

¹¹⁰ AS IV/5, pp. 564-583.

¹¹¹ AS IV/5, pp. 584-593.

¹¹² AS IV/5, pp. 593-605.

¹¹³ Texto em: AS IV/5, pp. 606-616. DEZZA, P. L'educazione cristiana nella dichiarazione conciliare. *CivCatt* 117:1 (1966), pp. 110-125. Este autor colaborou na elaboração da declaração.

¹¹⁴ AS IV/5, pp. 616-619.

¹¹⁵ AS IV/4, p. 824.

recordando as cruzadas em que os mulçumanos foram combatidos com a espada como pagãos, o texto expressa seu desejo de esquecer este passado. No que se refere ao hinduísmo, foi reconhecido como positivo que aqueles que o professam “sondam o mistério divino” e que no budismo a tensão para liberar-se, mediante a ascese, deste mundo caído revela sua importância. Para todas as religiões do mundo é de extrema importância o pensamento do texto quando afirma que a Igreja católica nada rejeita do que é a verdade que ilumina a todos.

Na sua homilia, Paulo VI, pronunciando-se sobre os cinco textos promulgados, afirmava: a Igreja está viva. Não é velha, mas jovem, prega, fala, cresce. O papa recordava a Igreja perseguida e com seus representantes concelebrou a eucaristia.¹¹⁶

A constituição dogmática sobre a revelação, futura *Dei Verbum*, ainda deveria lutar contra a oposição de uma minoria desejosa do retorno ao Concílio de Trento. Essa minoria se reduziu quando, por desejo do papa, precisou-se a infalibilidade da Escritura.¹¹⁷ Novamente foi definida a relação entre Escritura e tradição.¹¹⁸ A tradição é o magistério vivo da Igreja, o qual tem autoridade para interpretar e integrar a Escritura. São confirmados a doutrina da inspiração e o caráter histórico dos evangelhos. O documento no seu complexo obteve 2.081 votos favoráveis e 27 votos contrários; estes últimos na sessão pública caíram para 6 votos.¹¹⁹

No decreto sobre o apostolado dos leigos apresentado no dia 9 de novembro pelo bispo de Essen, Hengsbach, foram inseridas as emendas requeridas entre 23 e 27 de setembro. No dia 18 de novembro chegou-se praticamente à unanimidade. Se o tridentino defendera o sacerdócio sacramental, o sacerdócio comum dos fiéis encontrou a sua afirmação de direito neste decreto.

A constituição sobre a revelação¹²⁰ e o decreto sobre o apostolado dos leigos¹²¹ foram promulgados na oitava

sessão pública, do dia 18 de novembro de 1965. Na alocução o papa procurou dirimir as preocupações advindas da proximidade do término do Concílio, recordando que as instituições pós-conciliares continuariam seus trabalhos e que o primeiro sínodo dos bispos estava previsto para 1967. Paulo VI pedia paciência para a reforma da Cúria e afirmava que o importante era a renovação da vida cristã.¹²²

Antes do encerramento do Concílio deveriam ainda ser examinadas três difíceis e delicadas questões: o decreto sobre as missões, sobre o ministério e a vida sacerdotal e o esquema 13 (o esquema sobre a Igreja no mundo contemporâneo, ficará conhecido das suas primeiras palavras: *Gaudium et Spes*).

O superior dos verbitas, Johannes Schutte, nomeado vice-presidente da comissão para as missões, com a ajuda de peritos (Congar, Ratzinger, Seumois), havia elaborado um novo esquema com base na nova ciência missionária, portanto um documento que privilegiava o futuro. No debate (de 7 a 12 de outubro) o cardeal Frings se pronunciou favoravelmente à manutenção do conceito clássico de missão, recebendo uma áspera crítica do superior-geral dos jesuítas, Arrupe. Alguns problemas permaneciam: a relação entre os religiosos, às relações com a congregação *De Propaganda Fide*, o financiamento, a concorrência com as missões não-católicas. Quando se deu a votação, 712 padres se expressaram afirmando que os missionários deveriam participar das decisões da autoridade central.¹²³

No terceiro período, o esquema sobre o ministério e vida sacerdotal havia sido enviado à comissão competente para as emendas. A comissão preparou um novo esquema que foi apresentado e recebeu 157 novas propostas de emendas. A votação, depois de refêito, aconteceu nos dias 12 e 13 de novembro, mas ainda não aconteceria a sua aprovação. Somente no dia 2 de dezembro foi aprovado pela grande maioria: 2.243 votos favoráveis e 11 contrários.¹²⁴

¹¹⁶ AAS 57 (1965), pp. 899-903, texto da homilia.

¹¹⁷ CAPRILE, G. Tre emendamenti allo schema sulla rivelazione. *CivCatt* 117 (1966), pp. 214-231.

¹¹⁸ O cardeal de Gênova, Siri, desejava que fosse clara a questão da tradição e que a tradição e o magistério da Igreja fossem colocados acima de todos os meios hermenêuticos: AS V/3, pp. 352-355.

¹¹⁹ AS IV/5, pp. 751-753.

¹²⁰ Texto da *Dei Verbum* em: AS IV/6, pp. 597-609.

¹²¹ O decreto *Apostolicam actuositatem* se encontra em: AS IV/6, pp. 609-632.

¹²² AAS 57 (1965), pp. 978-984.

¹²³ Texto do decreto *Ad gentes*, AS IV/7, pp. 673-704. Comentários: MASSON, J. Fonction missionnaire de l'Église. *Nouvelle revue théologique* 89 (1966), pp. 249-272; DE PÉLICHY, A. G. L'oecuménisme dans le décret sur 'l'activité missionnaire de l'Église. *Irenikon* 39 (1966), pp. 355-361.

¹²⁴ AS IV/4, pp. 883-863 (texto do decreto); pp. 685-689, 725-824 (intervenções); AS IV/5, pp. 11-71; 159-203; AS IV/4, pp. 872-966, IV/5, pp. 209-541 (intervenções escritas).

O decreto *Presbyterorum ordinis*¹²⁵ não satisfaz todas as expectativas. O texto junto com partes da constituição sobre a Igreja e a sobre a liturgia, apresenta a missão do sacerdote, a relação com o bispo, com os outros sacerdotes e com os leigos. A lei do celibato era aprovada e confirmada.

Uma dedicação maior requereu o esquema 13.¹²⁶ O novo texto apresentado recebeu no debate entre os dias 21 de setembro e 8 de outubro numerosas e variadas críticas devido à grande quantidade de afirmações gerais, pela linguagem em alguns pontos evasiva, pelo seu enorme otimismo em relação ao mundo e pela sua fé no progresso, sobretudo porque se expressava pouco sobre o papel da Igreja no mundo, o que esta deveria oferecer. Konig lamentava a falta de uma exposição precisa sobre o ateísmo, em particular sobre o comunismo ateu. Houve um grande contraste de opiniões relativas a problemas concretos: Guerra total, armas nucleares, desarmamento, objeção de consciência, paz. Evidente que o Concílio não estava em grau de oferecer respostas claras sobre questões dessa natureza.

A participação de Paulo VI na reunião da ONU no dia 4 de outubro teve como finalidade tornar visível o empenho da Igreja em relação ao diálogo com o mundo contemporâneo, mas apesar da importância desta visita, o acontecimento não mudou em nada a problemática, estruturalmente condicionada, desta organização, influenciada pelas grandes potências econômicas.

A comissão, articulada em dez subcomissões, trabalhou intensamente para preparar o texto. Eram mais de 3 mil propostas de emendas. O próprio nome, constituição pastoral, recebeu 541 non placet.¹²⁷ O maior número de votos contrários, 140, receberam os artigos 54-56, sobre o matrimônio e o controle de natalidade. Na votação conclusiva, 6 de dezembro, sobre o esquema De ecclesia, recebeu uma grande maioria de votos favoráveis: 2.211, contra 252.¹²⁸

A constituição pastoral *Gaudium et spes*,¹²⁹ o texto mais amplo de todo o Concílio, foi colocada como o “coração do Concílio” junto às outras três constituições. O documento é uma relação completamente nova da relação

entre Igreja e mundo, relação de aproximação e não de distanciamento, como havia sido com o *Syllabus* de Pio IX (1864). Esta constituição foi recebida com entusiasmo, mas a sua história posterior tem demonstrado que o seu significado e a sua importância foram subestimados e que não se compreendeu quão profundamente o “mundo” que se queria ganhar para Cristo penetrou na Igreja. A Igreja permanece estática diante da modernidade, ainda não encontrou caminhos adequados para um verdadeiro diálogo.

Quando o secretário-geral do Concílio, na congregação-geral de 6 de dezembro, anunciou que aquela (168) era a última sessão do Concílio, um sonoro e vigoroso aplauso. O Concílio, para os padres conciliares, havia cumprido seu trabalho. Na sessão pública do dia 7 de dezembro foram promulgados os seguintes documentos: *Gaudium et spes*, *Dignitatis humanae* Ad gentes *Presbyterorum ordinis*.

Numa declaração comum, o papa e o patriarca ecumênico revogaram a excomunhão recíproca de 1054. Na sua homilia,¹³⁰ Paulo VI admitiu que muitas questões ainda estavam ficando à espera de uma conveniente resposta. Por outro lado, afirmou que o Concílio havia conseguido realizar a finalidade assinalada pelo papa João XXIII. Seu principal propósito não era *ad intra*, ficar olhando para si mesma, mas, *ad extra* (Não para que a Igreja ficasse olhando para si mesma, mas para o mundo) estando a serviço da humanidade.

O Concílio não pretendeu resolver todas as questões mais urgentes da vida atual; algumas ficaram reservadas para estudos mais profundos, que a Igreja levará depois a cabo; muitas outras foram tratadas em termos demasiado breves e gerais, e por isso admitem explicações mais profundas e aplicações diversas.

A Igreja declarou-se como que a escrava da humanidade, precisamente no momento em que tanto o seu magistério eclesial como o seu

¹²⁵ Texto em AS IV/7, pp. 704-732.

¹²⁶ AS IV/1, pp. 435-516.

¹²⁷ Em nota do dia 2 de dezembro, mons. Garrone (arcebispo de Toulouse), França, explicava que a comissão havia decidido manter o nome constituição pastoral devido ao pequeno número de votos contrários: AS IV/7, p. 632 (1.837 favoráveis, 293 contrários).

¹²⁸ AS IV/7, p. 641.

¹²⁹ O esquema 13, sobre a Igreja no mundo contemporâneo, ficará conhecido pelas suas primeiras palavras: *Gaudium et spes*. O texto se encontra em AS IV/7, pp. 733-803. Alguns comentários: ALBERIGO, G. Cristianesimo e storia nel Vaticano II. *Cristianesimo nella storia* 5 (1984), especialmente pp. 588-592; LAMBERT, B. *Gaudium et spes* hier et aujourd'hui. *Nouvelle revue théologique* 107 (1985), pp. 321-346.

¹³⁰ AAS 58 (1966), pp. 51-59.

governo pastoral adquiriram maior esplendor e vigor devido á solenidade conciliar; a idéia de serviço ocupou o lugar central.

Por isso, todo este Concílio se resume no seu significado religioso, não sendo outra coisa senão um veemente e amistoso convite em que a humanidade é chamada a encontrar, pelo caminho do amor fraterno, aquele Deus “de quem afastar-se-á é cair, a quem dirigir-se é levantar, em que permanecer e estar firme, a quem voltar é renascer,

em quem habitar é viver” (Santo Agostinho, *Solil*, I, 3: PL 32, 870)¹³¹

No dia 8 de dezembro de 1965, numa grande cerimônia na praça São Pedro, o Concílio foi encerrado.¹³² Foram lidas mensagens, em francês, para governantes, artistas, intelectuais, mulheres, pobres, doentes, trabalhadores e jovens.

O Concílio Vaticano II foi um evento mundial. Foi um evento na história da humanidade? Essa pergunta pressupõe uma reflexão sobre os seus efeitos, o pós-Concílio.

¹³¹ Homília do papa Paulo VI na conclusão solene do Concílio, in *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2001, pp.670-673.

¹³² *EV* I, n. 532. Discurso do papa no encerramento do Concílio.